



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0008746-46.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **IP - 200/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **CLAUDIOMAR LEANDRO SORIA**
 Vítima: **MAISA RAQUEL VARANDAS OLIVATTO**

Aos 16 de abril de 2018, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu **CLAUDIOMAR LEANDRO SORIA**, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu, sendo os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. CLAUDIOMAR LEANDRO SORIA, qualificado nos autos, está sendo processado por suposta infração ao artigo 155, §§ 1º e 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal, porque de acordo com a denúncia no dia 14 de julho de 2016, durante a madrugada, na Rua Cônego W. José Pêra, nº. 25, prolongamento do jardim das torres, São Carlos, previamente ajustado e em unidade de desígnios com outro indivíduo não identificado, teria subtraído para si, durante o repouso noturno, mediante escalada e rompimento de obstáculo, diversos materiais de construção, avaliados em R\$ 3.750,00, de propriedade da vítima Maísa Raquel Varandas Olivato. Apurou-se que o denunciado e seu comparsa se dirigiram ao estabelecimento comercial situado no local dos fatos e, valendo-se da falta de vigilância, escalaram um muro de 05 metros de altura e ali arrombaram o telhado. No interior do estabelecimento, subtraíram os bens descritos no auto de exibição e apreensão e evadiram-se do local. Após o recebimento de denúncias anônimas, policiais militares se dirigiram até a residência do acusado e localizaram diversos objetos subtraídos. A denúncia foi recebida em 09 de junho de 2017 (fl. 82). O réu foi citado e ofereceu resposta à acusação (fls. 130/131). Nesta audiência, procedeu-se a oitiva de uma testemunha e, na sequência, o réu foi interrogado. O Ministério Público requereu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

a condenação nos termos da denúncia, com regime inicial fechado. A Defensoria Pública, de outra parte, pugnou pelo afastamento das qualificadoras, com desclassificação para furto simples. Subsidiariamente, regime semiaberto, pena alternativa e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** A ação penal é parcialmente procedente. A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição/apreensão/entrega de fls.72/76, pelo auto de avaliação de fls.77, pelo laudo pericial de fls.78/79 e pela prova oral produzida. A autoria também é certa. Interrogado na presente solenidade, o réu admitiu, na essência, a prática da infração penal que lhe é atribuída. Disse que, durante a madrugada, ingressou no estabelecimento comercial da vítima Maisa Raquel Varandas, apoderando-se dos objetos que estavam no interior do estabelecimento comercial, após escalada de um muro alto e arrombamento de um telhado. Negou, contudo, que tenha cometido o delito em concurso com outro agente. A confissão harmoniza-se com a prova judicial. Ouvido na presente solenidade, o policial militar Fábio Luiz Fornos, relatou que em atendimento a chamado e após recebimento de informação de que o acusado seria o autor do furto, dirigiu-se até a residência dele, localizando no local os bens subtraídos. A testemunha acrescentou que o filho da vítima, que é policial militar, comentou acerca das condições do delito, mencionando que o ingresso no estabelecimento se deu por via irregular. Essas circunstâncias indicam que o réu promoveu a subtração e que conforme por ele próprio mencionado o fez mediante escalada e rompimento de obstáculo, consoante atestado no laudo pericial de fls.78/79. Observa-se nesse aspecto que eventuais lacunas na perícia não maculam a prova, haja vista que supridas pelos elementos amealhados em contraditório, via prova oral, em especial a confissão empreendida pelo denunciado. De outra parte, não há demonstração de que o furto tenha sido praticado mediante concurso de pessoas, haja vista que a incidência dessa qualificadora não se extrai do teor da prova testemunhal. Por fim, conforme relataram o acusado e o policial militar em juízo, deve ser reconhecida a causa de aumento do repouso noturno, uma vez que o delito foi praticado durante a madrugada, em momento que a vítima e terceiros exerciam menor vigilância sobre o patrimônio. Passo a dosar a pena. O furto foi praticado em sua forma biqualeficada. A reprovabilidade da conduta do réu é mais acentuada, haja vista que não apenas ingressou no imóvel mediante escalada, mas também o fez com rompimento de obstáculo, tornando a probabilidade de sucesso do crime mais alargada. Em consequência, fixo a pena-base um sexto acima do mínimo legal em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal e, em seu desfavor, a agravante da reincidência, haja vista as condenações transitadas em julgado certificadas nos autos. Promovo a compensação entre as circunstâncias, mantendo a pena intermediária, conforme inicialmente delineada. Em decorrência da incidência da causa de aumento descrita no paragrafo 1º, do artigo 155, do Código Penal, elevo a sanção em um terço, perfazendo-se o total de 03 (três) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e 14 (quatorze) dias-multa. Torno-a definitiva, pois não há outras circunstancias que ensejem a exasperação ou o abrandamento. Em decorrência da reincidência, estabeleço regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta, com fundamento


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

nos artigos 33, §2º, e 44, inciso II, do Código Penal, que não se aplica apenas a hipótese de reincidência específica. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação penal e **condeno** o réu CLAUDIOMAR LEANDRO SORIA como incurso no artigo 155, parágrafos 1º e 4º, incisos I e II, do Código Penal, a pena de **03 (três) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e 14 (quatorze) dias-multa, no mínimo legal**. Autoriza-se o recurso em liberdade por este processo. Após o trânsito em julgado, será expedido mandado de prisão. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: